

O ESPAÇO METROPOLITANO E SUA DINÂMICA

Roberto Lobato Corrêa
Professor Assistente - Dept^o de Geografia

À memória de
Helena Kohn Cordeiro

ABSTRACT

This paper aims to point out four aspects related to metropolitan dynamic in Brazil. These aspects are: (a) decentralization of the activities located in the Central Business District and the impacts of such process; (b) re-affirmation of selective residential sectors "à la Hoyt"; (c) the fast growth of low-income group periphery and; (d) existence of new territories controlled by groups as linked to the narco-traffic.

Este trabalho visa apresentar alguns pontos relativos à dinâmica do espaço metropolitano no Brasil. Trata-se de um espaço complexo, simultaneamente fragmentado e articulado, reflexo e condição social, campo simbólico e campo de lutas. Sua complexidade torna-se maior em razão da poderosa inércia que suas formas espaciais possuem. Contudo, transformações tem ocorrido no espaço metropolitano. Vamos considerar algumas delas.

No processo de compreensão dessas transformações torna-se necessário, contudo, considerar preliminarmente dois elementos de diferenciação. Ou seja, é necessário considerar o fato de que as transformações que se verificam no espaço metropolitano são diferenciadas segundo duas linhas de diferenciação.

Primeiramente deve-se considerar o tamanho metropolitano. Certas transformações são, em grande parte, condicionadas pela dimensão demográfica da metrópole. Esta tese está apoiada na crença de que uma mudança quantitativa implica em um salto qualitativo. Assim, existe um patamar crítico a partir do qual o processo de descentralização inicia-se.

Face a este aspecto dois grupos metropolitanos podem ser distinguidos. O primeiro é constituído por São Paulo e Rio de Janeiro, metrópoles com mais de 10 milhões de habitantes, e o segundo por um grupo de metrópoles com população entre 1 e 4 milhões de habitantes, a saber: Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador, Recife, Fortaleza, Curitiba e Belém.

Em segundo lugar deve-se considerar as diversas singularidades vinculadas ao sítio metropolitano, à história urbana e regional e ao processo de inserção da metrópole na divisão

territorial do trabalho em escala nacional e internacional. Assim, as transformações que se verificaram em metrópoles como Porto Alegre e Salvador, de um lado, ou em Belo Horizonte e Recife, de outro, são marcadas por singularidades que são as formas como os processos gerais, universais, próprios do urbano capitalista, são concretizados.

Na tentativa, contudo, de privilegiar regularidades e tendências gerais, de importância fundamental para a compreensão do fenômeno metropolitano brasileiro, apontam-se algumas transformações no espaço metropolitano. Transformações que já ocorreram e continuam a ocorrer, que se iniciam ou que podem ocorrer num certo prazo de tempo. Esta observação nos aponta para a desigual espaço-temporalidade dos processos sociais.

As transformações que ressaltaremos são as seguintes: a descentralização e seu impacto no núcleo central, a ratificação de setores residenciais seletivos, a "explosão" da periferia popular e os novos territórios que surgiram.

1 - A DESCENTRALIZAÇÃO E O NÚCLEO CENTRAL

Uma primeira transformação a ser ressaltada diz respeito à centralidade do núcleo central da metrópole. Transformação que, ao ser eminentemente funcional acaba incorporando uma dimensão social.

O núcleo central da metrópole constituiu-se em local de concentração maciça de atividades terciárias, especialmente o comércio varejista e serviços diversos, ambos dotados de grande centralidade, relacionada tanto ao espaço urbano como à hinterlândia da cidade. Ali concentravam-se também as atividades administrativas das esferas municipal, estadual e federal. Foco exclusivo de convergência de transportes intraurbanos, o núcleo central caracterizava-se por um tráfego denso. O movimento de pedestres, intenso durante o dia era, e ainda é, salvo na área de diversões, extremamente reduzido à noite.

Em algumas metrópoles, como em Porto Alegre e Curitiba, parcela da população de status social médio e elevado residia, e ainda reside, no núcleo central ou em suas imediações.

A descentralização originou novas formas espaciais. Muitas são espontâneas como os sub-centros comerciais hierarquizados, os eixos e áreas especializadas (móveis, auto-peças, lustres, confecções, consultórios e clínicas médicas, entre outras) e áreas industriais. Outras são planejadas como os shopping centers e os distritos industriais. Novos focos descentralizados de gestão de atividades econômicas também emergiram, assim como novos centros administrativos dos governos estaduais e novas áreas de diversões. Paralelamente

novos focos descentralizados de transportes aparecem, identificando novos mercados metropolitanos de trabalho.

No bojo da descentralização verifica-se uma progressiva redefinição do núcleo central. Deixa de monopolizar a localização das atividades terciárias, dividindo com os subcentros comerciais, as áreas e os eixos especializados e os shopping centers, a função comercial e de serviços. E mais, instala-se a tendência do núcleo central tornar-se o foco varejista e de serviços para segmentos sociais de níveis de renda mais baixos, tendência que se verifica mais nitidamente em metrópoles como Salvador, Recife e Fortaleza.

Importa agora levantar algumas questões sobre o processo de descentralização que afeta não apenas o núcleo central mas todo o espaço metropolitano.

- Que condições são capazes de gerar o processo de descentralização?

- Como interferem no processo de descentralização variáveis como tamanho demográfico, sítio, plano urbano, nível de renda da população, a propriedade fundiária e as oportunidades de investimento de capital no espaço urbano?

- Como as singularidades locais afetam processos gerais que tendem a se verificar na metrópole moderna?

2 - A RATIFICAÇÃO DE SETORES RESIDENCIAIS SELETIVOS

Na cidade do Rio de Janeiro, a partir da segunda metade do século XIX, a população de status mais elevado inicia o processo de abandono dos bairros centrais, deslocando-se predominantemente para a Zona Sul. Interesses fundiários e de outras frações do capital, que contavam com a atuação do Estado, criaram um amplo setor residencial seletivo em áreas cujos atributos naturais passavam a ser vistos como amenidades. Tratava-se de setores litorâneos (Glória, Flamengo, Botafogo...). No século XX esse padrão setorial é ratificado (Copacabana, Ipanema, Leblon) e em seu último quartel urbaniza-se a Barra da Tijuca e o Recreio dos Bandeirantes.

O processo de abandono dos bairros centrais e a criação de setores residenciais seletivos é difundido nas grandes cidades brasileiras, valorizando-se áreas litorâneas como se verifica em Fortaleza, Recife, Salvador, metrópoles, e em cidades que já ultrapassam um significativo patamar demográfico e de complexidade funcional, como se exemplifica com Vitória, Florianópolis e Maceió. A criação de setores residenciais seletivos verifica-se também em

idades não-litorâneas como São Paulo, Porto Alegre e Teresina, esta última com características não-metropolitanas.

A centralidade da população de status mais elevado é assim minimizada. Seu padrão locacional tende a ser setorial, originando um setor que, das proximidades do núcleo central afasta-se progressivamente dele, situando-se, em vários casos, a distâncias consideráveis do núcleo central, como se exemplifica com a Barra da Tijuca no Rio de Janeiro, Alphaville e Piedade nas regiões metropolitanas de São Paulo e Recife, respectivamente. Trata-se de um padrão espacial à la Hoyt.

No processo de ratificação do padrão setorial da população de alto status a organização espacial vê-se caracterizada por novas formas que pressupõem intenso investimento de capital e uma nova concepção sócio-espacial: os condomínios exclusivos, os shopping centers e as auto-estradas expressam a ratificação moderna do padrão setorial seletivo.

Uma única questão pode ser agora formulada. Quais as implicações dessa tendência no que se refere à implantação de infra-estrutura, aos custos de transportes, à circulação de parcela crescente da população que trabalha nesses setores residenciais seletivos, às possibilidades de alocação de recursos públicos em outros setores da cidade e na visão de mundo dos habitantes desses setores residenciais seletivos e auto-segregados?

3 - A "EXPLOSÃO" DA PERIFERIA POPULAR

Simultaneamente à criação de setores residenciais seletivos, verifica-se a "explosão" da periferia popular. "Explosão" que tem como causa primeira os efeitos da "modernização dolorosa" do campo no Centro-Sul do país, a manutenção de estruturas agrárias arcaicas no Nordeste, e a desestruturação do mundo ribeirinho-florestal na Amazônia. Como causa secundária um movimento, de intensidade variável, que reloca populações pobres de áreas mais centrais, menos periféricas e valorizadas, para novas periferias, mais distantes do núcleo central.

A expansão da periferia metropolitana, que inclui cada vez mais novos municípios, significa, de um lado, a criação ampliada de um vasto reservatório de mão-de-obra e, de outro, a oportunidade de extração de renda da terra e de investimentos em infra-estrutura e nos setores vinculados, direta ou indiretamente, à produção de habitações.

No processo de expansão da periferia metropolitana três formas de organização do espaço são evidenciadas: os loteamentos populares e a auto-construção, os conjuntos habitacionais do Estado e as favelas. Cada uma delas tem um significado distinto, mas todas

colocam à tona a pobreza da organização do espaço e os numerosos problemas que a literatura já colocou em evidência: o tempo imposto nos precários meios de transporte, ausência de equipamentos de consumo coletivo, as epidemias constantes, o "esquadrão da morte", etc.

Criam-se assim, aparentemente, duas cidades. Uma de opulência, bem-estar e poder, e outra de pobreza e desesperança. Elas, no entanto, são parte integrante da mesma unidade, de uma unidade contraditória cujas contradições se viram agravadas e expressas com maior nitidez nas áreas segregadas dos setores seletivos, de um lado, e das periferias populares, de outro.

4 - OS NOVOS TERRITÓRIOS

Diferentes grupos sociais, distintos entre si no que se refere à ocupação, renda, idade, sexo, crença e outros atributos, aparentemente compartilham o mesmo espaço metropolitano. Alguns desses grupos desenvolvem um conjunto de práticas que definem territórios, entendidos como segmentos do espaço apropriados e/ou controlados por um dado grupo com o objetivo de garantir as práticas que lhe dão identidade ou permitem realizar suas atividades.

No espaço metropolitano novos territórios emergiram, suscitando daqueles interessados em compreender o urbano, o encaminhamento de linhas de investigação a respeito das novas territorialidades na metrópole.

Colocam-se então questões sobre a territorialidade das diversas denominações pentecostais, das religiões afro-brasileiras, dos "gays", ciganos, grupos "funks" e o crime organizado, envolvendo, por exemplo, o narcotráfico. Qual a área de abrangência de cada um desses territórios? Como foram conquistados, isto é, apropriados e ou controlados? Como estão coexistindo com outros territórios?

Os novos territórios, diferentes da rede formal de segmentos espaciais controlados pelas diversas instituições do Estado, pela Igreja Católica e pelas grandes empresas com suas jurisdições definidas, via de regra, por mecanismos de mercado, recortam a metrópole segundo novos padrões espaciais, atribuindo novos significados ao espaço metropolitano que se apresenta assim como um cada vez mais complexo caleidoscópio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Biennestein, Glauco - Acumulação e Capital e Espaço Urbano: O Exemplo do Shopping Center. Tese de Mestrado, Departamento de Geografia, UFRJ, 1993.

- Cardoso, Elizabeth D. - O Capital Imobiliário e a Expansão da Malha Urbana do Rio de Janeiro: Copacabana e Grajaú. Tese de Mestrado, Departamento de Geografia, UFRJ, 1986.
- Cordeiro, Helena K. - A "Cidade Mundial" de São Paulo e a Recente Expansão do seu Centro Metropolitano - Revista Brasileira de Geografia, 54(3) 1992.
- Mattos, Rogério B. e Ribeiro, Miguel Angelo C. - Territórios da Prostituição nos Espaços Públicos da Área Central do Rio de Janeiro. Inédito.
- O'Neill, Maria Mônica V.C. - Segregação Residencial: Um Estudo de Caso. Tese de Mestrado. Departamento de Geografia, UFRJ, 1983.
- Pacheco, Suzana M.M. - Produção e Reprodução de Loteamentos na Periferia do Rio de Janeiro. Tese de Mestrado. Departamento de Geografia, UFRJ, 1984.
- Pintaudi, Silvana M. e Frugoli Jr., Heitor (org.) - Shopping Centers - Espaço, Cultura e Modernidade nas Cidades Brasileiras. São Paulo, Editora UNESP, 1992.
- Santos, Carlos Nelson F. - Formações Metropolitanas no Brasil - Mecanismos Estruturantes. Tese de Doutorado, FAU/USP, 1984.
- Soares, Maria Therezinha S. - Nova Iguaçu: Absorção de uma Célula Urbana pela Grande Rio de Janeiro. Revista Brasileira de Geografia, 24(2) 1962.
- Souza, Marcelo José L. - O Narcotráfico no Rio de Janeiro, Sua Territorialidade e a Dialética entre "Ordem" e "Desordem" - Inédito.